

# Sarney pode ir ao STF para garantir os 6 anos

A Presidência da República está se preparando para recorrer ao Supremo Tribunal Federal, a fim de sustentar que o presidente Sarney tem direito a cumprir um mandato de seis anos, nos termos do seu compromisso de posse, prestado perante o Congresso Nacional, no dia 15 de março de 1985.

Essa opinião foi manifestada ontem pelo líder do PDT no Senado, Brandão Monteiro, ao transmitir aos repórteres a informação de que o Gabinete Civil da Presidência da República solicitou à Mesa do Senado cópia do termo de posse de Sarney. A informação circulou à noite, pouco antes do encerramento da sessão da Constituinte, provocando especulações entre os Constituintes sobre as razões dessa iniciativa palaciana.

O deputado pedessista Victor Faccioni igualmente afirmou que a intenção de «um recurso ao STF está evidente» nesse pedido de certidão da posse. Para Faccioni, «seria bom que o Palácio tomasse logo a iniciativa, enquanto a Constituinte está funcionando, porque a decisão do Supremo seria contrária».

Pela certidão, relativa à posse de Sarney como vice-Presidente, (e não como Presidente, porque Tancredo Neves estava vivo), o período do mandato está compreendido entre 15 de março de 85 e «igual data» de 1991.

**TERMO DE POSSE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JOSÉ SARNEY NO CARGO DE VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.**

As dez horas do dia quinze de março do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, perante o Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta de suas duas Casas, no plenário da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, sob a direção da Mesa do Senado Federal, constituída dos senhores senhores José Fragelli, presidente; Enéas Faria, primeiro-secretário; João Lobo, segundo-secretário; Marcondes Gadelha, terceiro-secretário; e senadora Eunice Michiles, quarto-secretário, compareceu o senhor doutor José Sarney e, nos termos do parágrafo primeiro do artigo setenta e sete da Constituição Federal, foi solenemente empossado no cargo de vice-presidente da República, para o qual foi eleito, pelo Colégio Eleitoral, no dia quinze de janeiro do corrente ano, de acordo com o disposto na Lei Complementar número quinze, de treze de agosto de mil novecentos e setenta e três, alterada pelo Decreto-lei número mil quinhentos e trinta e nove, de quatorze de abril de mil novecentos e setenta e sete, e pela Lei Complementar número quarenta e sete, de vinte e dois de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro, para o período compreendido entre quinze de março de mil novecentos e oitenta e cinco e igual data do ano de mil novecentos e noventa e um, proferindo, na forma do caput do artigo setenta e seis, in fine, da Constituição Federal, o seguinte compromisso: «Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil». E, de conformidade com o artigo sessenta e cinco do regimento comum do Congresso Nacional, lavrou-se o presente termo, que é assinado pelo empossado e pelos membros da Mesa.

## Constituintes têm folga no fim de semana

Os constituintes que estavam convocados pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a se reunir nos sábados e domingos, terão uma folga neste final de semana, quando o PFL realizará convenções municipais.

Atendendo a um pedido do presidente do PFL, senador Marco Maciel, o deputado Ulysses Guimarães decidiu cancelar as sessões que estavam marcadas para este fim de semana. Hoje, o plenário se reunirá apenas na parte da manhã, retornando na próxima segunda-feira. No primeiro fim de semana de março, segundo anunciou Ulysses, haverá sessões de votação.



D. Luciano considera mais urgente o debate da questão social

## Para Igreja, golpe é questão periférica

A preocupação com golpe de Estado ou duração do mandato presidencial é «periférica e estéril». Esta é a posição da CNBB diante dos debates que ora ocupam os políticos e a imprensa. Na entrevista coletiva concedida ontem, Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da entidade, afirmou que a Igreja se interessa e discute os problemas sociais. Entre estes problemas, ele citou a reforma agrária, política habitacional, garantia de trabalho com justo salário.

A entrevista foi convocada pela assessoria de imprensa da CNBB para que a Presidência respondesse ao discurso do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), da última terça-feira. Dom Luciano, entretanto, considerou irrelevante comentar o discurso e terminou tecendo longas críticas sobre o espaço ocupado pelos debates que a Igreja considera «periféricos». Ele se referiu inclusive à nota da CNBB do dia 30 de janeiro último, dizendo que o núcleo do documento era o pedido para a implantação urgente de programas sociais e terminou merecendo maior destaque para o problema da corrupção, «que não era o tema central da nota».

Indagado sobre o alerta do senador Jarbas Passarinho contra um possível golpe de Estado, Dom Luciano respondeu: «Nossa preocupação não é o golpe, é o povo. Vocês todos estão preocupados com o amanhã hipotético e nós estamos preocupados com o hoje urgente. Não se pode perder tempo com discussões periféricas. E a leitura dos jornais hoje é uma leitura de fatos periféricos. A notícia passa e o povo morre de fome».

Ao se referir à passagem do discurso de senador Passarinho em que este cita especificamente a CNBB, Dom Luciano disse que o senador foi exato na citação sobre o documento da CNBB. «Não houve erros — afirmou o bispo —

ele assinalou as palavras da forma em que foi colocada pela CNBB. Estas palavras refletem a nossa preocupação e são um clamor do próprio povo, que se traduz na expectativa do cumprimento das metas sociais. Acho que o senador concorda com nossas observações. Quanto aos comentários — ressaltou — este é um direito dele».

### Repercussão

Dom Luciano — cuja opinião foi compartilhada com a do vice-presidente da CNBB, Dom Paulo Ponte — não viu, em nenhum trecho do discurso um tom de censura à CNBB. «Não há nada disso», disse Dom Luciano, indagado sobre as críticas feitas pelo senador.

Ele estranhou apenas um fato: a ampla repercussão do documento «Urgência de grandes decisões». Disse ele que se surpreendeu porque, «nos últimos anos, não me lembro de uma nota tão comum, com tanta repercussão. Quem nos acompanha sabe que esta não foi uma das notas mais duras».

Em seguida, o presidente da CNBB comentou a questão do mandato e da estabilidade no emprego. Sobre mandato, ele disse que aos bispos aguardam o resultado da Constituinte. «Esse não é — afirmou — o ponto principal, mas derivado de outro, o da urgência de um programa social definido. O debate sobre o mandato é uma distorção do debate. Não tem nada a ver com o bem comum. Onde está a política habitacional? Onde está a distribuição de terras? Agora estão procurando terras vazias».

Sobre a estabilidade no emprego, Dom Luciano considera que houve «um avanço», que ele espera ser aperfeiçoado por lei complementar. «Foi uma aquisição — ressaltou mais coerente com a dignidade dos trabalhadores. E o importante é que não houve retrocesso. Foi um passo a mais e a Constituinte não é a última palavra».

## Scalco irá a Ulysses para definir reunião

A reunião do Diretório Nacional do PMDB poderá ser realizada no dia 8 de março. Esta será a data que o 1º secretário do partido, deputado Euclides Scalco (PR), vai sugerir hoje, durante encontro «definitivo» com Ulysses Guimarães a respeito da questão. Pela legislação, o edital de convocação deve ser publicado com, pelo menos, oito dias de antecedência.

A reunião do Diretório Nacional vem sendo tentada há vários dias pelos históricos e chegou a ser prevista para o último dia 24. Na

conversa que terá hoje cedo com o presidente do PMDB, o deputado Scalco pretende definir a data e a pauta. Entre os temas, eleição de 3º vice-presidente e um vogal; exame do relacionamento do partido com o Governo Sarney; e a plataforma do candidato do PMDB à Presidência da República.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, acha que será um passo importante o partido definir a plataforma do candidato à Presidência, no lugar do partido preparar a plataforma depois de indicado o candidato.

## Maciel lança proposta de entendimento

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, defendeu ontem a realização de um acordo nacional para agilizar os trabalhos da Constituinte, definir o calendário eleitoral e tirar o País das atuais dificuldades econômico-financeiras, através do controle da inflação, da retomada do desenvolvimento e da identificação de uma nova estratégia para renegociar a dívida externa.

Para ele, «o que falta ao Brasil é um projeto, que pode nascer desse entendimento». Maciel procurou chamar a atenção para a importância das convenções municipais que o partido realiza no próximo domingo.

Com relação ao encontro que manteve com o presidente José Sarney, juntamente com os senadores Jorge Bornhausen (SC), e Guilherme Palmeira (AL), Maciel disse que os resultados foram irrelevantes: «Ele não fez propostas nem apresentou nenhum programa. Dessa reunião não resultou nenhuma consequência prática. Não houve alteração de nossas posições».

O senador pernambucano insistiu na tese do entendimento nacional: «Já temos a mais demorada transição e a mais longa Constituinte. As razões que me fizeram defender o entendimento, há dez, doze meses atrás, estão cada vez mais presentes e agora, o quadro é muito mais grave. E melhor tarde do que nunca».

O presidente do PFL afirmou ainda que as convenções municipais que seu partido realiza neste fim de semana, «são importantes, porque marcam o processo de sua organização em quase todas as cidades brasileiras, habilitando-o para as eleições municipais e presidenciais».

## Comissão irá rever emendas transitórias

Encarregados pela liderança do PMDB na Constituinte de estudar o capítulo das Disposições Transitórias para que os pontos necessários aos entendimentos com os demais partidos fiquem claros, o deputado, Antônio Gaspar (MA) e o senador Nelson Wedekin (SC) começam na próxima semana uma série de reuniões a fim de dissecar essa parte da nova Constituição. É nela, por sinal, que está o ponto mais polêmico: a fixação do mandato do presidente Sarney.

Segundo o deputado Antônio Gaspar, as disposições transitórias da Constituição são «um festival de casuismo», abordando toda sorte de assuntos, inclusive matéria não constitucional, como isenção das dívidas contraídas pelas microempresas na época do Plano Cruzado.

Gaspar comentou nas sugestões sobre o mandato existem propostas equivalentes e opostas, como muitos até querendo dar o que chama de «golpe da lealdade», ou seja, fixando em seis anos um prazo que o próprio presidente José Sarney já disse que será de cinco. Outros, desejam «faturar» um pouco mais, como se pode entender da sugestão do deputado Jorge Hage, autor da emenda dos quatro anos aprovada pela Comissão de Sistematização e que agora pretende eleições presidenciais 90 dias após a promulgação da nova carta.

### Sistema

Quanto à parte relacionada a sistema de governo, as propostas não são diferentes. Há desde presidencialismo ou parlamentarismo puro até misturas variadas desses dois sistemas, criando uma forma mitigada e confusa, segundo os dois políticos peemedebistas.

«Uma grande lata de lixo — costuma definir o deputado Antônio Gaspar da parte das Disposições Transitórias, certo de que não é possível esse capítulo tratar até da legalização dos «trens da alegria» no Serviço Público Federal e estadual. Todavia, o senador Wedekin, concorda que não se deve promover a legalização destas contratações, reconhece que a argumentação dos que as defendem é inteligente. Segundo os autores dessas emendas, se a Constituinte tem se preocupado tanto com estabilidade no emprego, muitas vezes para garantir um direito de quem sequer começou a trabalhar, não pode alijar do mercado de trabalho aqueles que já estão lá, ainda que por admissão irregular.